

Folha dos Bancários

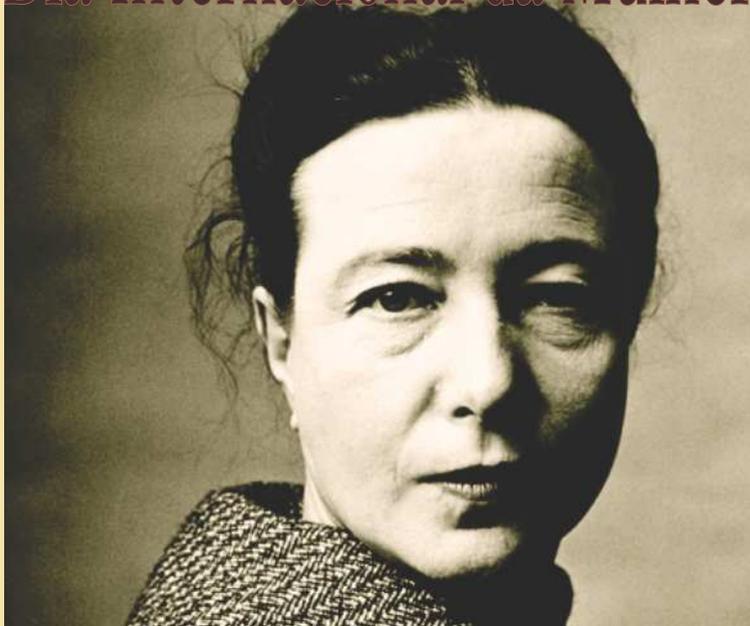


MARÇO DE 2018

MULHER

8 de março

Dia Internacional da Mulher



“ Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida ”

Simone de Beauvoir



Editorial

Só tanque, pia e fogão, NÃO

O ano de 2018, para nós, brasileiras, é, sem sombra de dúvidas, um ano que precisaremos mostrar ainda mais nossa capacidade de defender nossos direitos. Isto porque, hoje, apesar de podermos votar, trabalhar fora de casa, exercermos cargos e profissões até pouco atrás permitidas apenas para homens, podemos perder grande parte de nossas conquistas, se ficarmos caladas.

Falo, da Reforma da Previdência, que tramita no Congresso Nacional e trás uma série de mudanças que nos prejudicará ainda mais.

Já provamos que somos capazes de exercer muitas das funções exercidas pelos homens, mas continuamos ganhando menos para fazer as mesmas coisas. E continuamos sendo as responsáveis pelos cuidados com a família em geral.

Provamos que não somos inferiores, que sabemos e lutamos pelo que queremos. Tudo isso, sem deixar de exercer o papel social de cuidadora universal sociedade.

E agora, a versão de Reforma Previdenciária que o governo tenta aprovar claramente, nos pune com o aumento da idade mínima para aposentadoria, desvaloriza os anos dedicados ao cuidado com os filhos e ainda torna a possibilidade de pensão um sonho possível apenas após os 70 anos.

Esta conversa é mais que oportuna, nesta semana, em que o mundo lembra mulheres guerreiras que nos deixaram um legado inestimável de direitos que temos hoje e podemos perder, se não lutarmos. Mulher não é para ser lembrada anualmente em 8 de março.

Em 2018, mais do que nunca, precisamos nos unir, subir no salto alto e gritar bem alto que não aceitaremos a perda de qualquer direito. Só tanque, pia e fogão **NÃO!**

Saudações,

Isabel Rosa dos Santos Machado

presidente do Sindicato dos Bancários de Bragança Paulista e Região



EXPEDIENTE

FOLHA DOS BANCÁRIOS

Informativo do Sindicato dos Bancários de Bragança Paulista e Região - Edição Especial "Mulher" - MARÇO de 2018 - Nº 403 - Fundado em 1986 e filiado à Fetec-SP, Contraf CUT e CUT - www.bancariosbraganca.org - Sede: R. Cel Teófilo Leme, 811 - Centro - Bragança Paulista - Tel: 11.4034.0893 - Fax: 11.4032.3696 contato@bancariosbraganca.org - Subsede: R. Adolfo André, 776 - Centro - Atibaia - Tel: 11.4412.2944 - Presidente: Isabel Rosa dos Santos Machado - bel@bancariosbraganca.org - Diretor Responsável: Marcílio Barros comunicacao@bancariosbraganca.org marcilio@bancariosbraganca.org - Jornalista responsável, projeto gráfico, redação, edição e paginação: Andréa Ono

Tiragem: 500 exemplares





Desemprego prejudica mais as mulheres, aponta estudo

O sexo feminino compõem a maioria entre desempregados e demora mais para conseguir recolocação no mercado de trabalho



Reformas de Temer contribuem para prejudicar as mulheres no mercado de trabalho

As mulheres são as mais prejudicadas com a crise de desemprego instaurada no país. É o que aponta o estudo "O desemprego e a busca por recolocação profissional no Brasil".

A pesquisa, realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e divulgado no último dia 20, traça um perfil dos trabalhadores desempregados e buscando reinserção no mercado.

De acordo com o levantamento, a maioria (59%) é do sexo feminino. Além de serem maioria entre os trabalhadores desempregados, as mulheres também têm mais dificuldade de reinserção no mercado.

A pesquisa revela que mulheres passam, em média, 15,25 meses à procura de emprego. Em relação aos homens, esta média é de 12,43 meses.

Esta situação tem, além dos efeitos econômicos, implicações na percepção de homens e mulheres sobre o mercado de trabalho. Dentre os entrevistados, 58,1% dos homens se dizem confiantes de conseguir um emprego nos próximos 3 meses. Para mulheres o percentual de confiança cai para 49,7% das entrevistadas.

Os dados mostram também que os desempregados no Brasil tem, em média, 34 anos; pertencem majoritariamente (95%), às classes C/D/E; têm até o Ensino Médio completo (54%) e filhos (58%), destes a maioria abaixo de 18 anos.

Precarização

A disparidade de gêneros se agrava ainda mais se for considerado, também, o modo de inserção no mercado de trabalho.

Sobre a forma de contrato de seu último emprego, 46,4% dos entrevistados dos homens afirmaram que eram contratados pelo regime CLT.

Apenas 15,6% das mulheres informou ter sido contratada com carteira assinada em seu último emprego.



Reforma da Previdência

Prejuízos ainda maiores

Elas trabalham mais, ganham menos. Ainda assim governo pretende acabar com conquista histórica que possibilita sua aposentaria antes dos homens.

Entre as tantas modificações perversas da Reforma da Previdência que o governo tenta aprovar no Congresso, uma das piores é igualar o tempo de aposentadoria entre homens e mulheres. Uma conquista histórica das mulheres, devido as outras jornadas que ela desenvolve na vida cotidiana, está ameaçada.

Tentam descaracterizar a realidade cotidiana, em que a mulher cumpre duas ou três jornadas, contando o trabalho diário, o cuidado com os filhos e o companheiro, a atenção da casa, entre outras funções que as mulheres assumem concretamente.

Estatísticas publicadas agora revelam que "na média mundial:

- as mulheres trabalham 39 dias a mais por ano que os homens; em 10 anos elas terão trabalhado mais do que um ano a mais que os homens, em 20 anos mais do que dois, em 30 mais do que três, em quarenta mais do que quatro;
- recebem pelo menos 20% a menos;
- nas últimas décadas, aumentou o número de famílias em que a cabeça de casa é a mulher. A mãe assume ainda mais funções.

A proposta da Previdência do governo é assim, antes de tudo, uma medida contra as mulheres, enquanto trabalhadoras e como donas de casa, como mães. Aumenta mais ainda para as mulheres as dificuldades para se aposentar e diminui o montante que receberão. Isso se chegarem a se aposentar.

Seeb Bragança, com informações de Emir Sader, para a RBA



Sem proteção

Outro ponto crítico é a inclusão de mudanças nas regras de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que também deverá ser desvinculado do mínimo. O BPC é concedido a idosos e portadores de deficiência em situação de pobreza, sem a necessidade de contribuição à Previdência Social.

A medida atinge diretamente mulheres que, pela dedicação ao lar não conseguirão e aposentar, pois não vão chegar nunca aos 25 anos de contribuição. Sem aposentadoria, as mulheres estarão desprotegidas e acabarão caindo no BPC. E é justamente no BPC que o governo quer um ajuste: desvinculação do salário mínimo e o aumento de idade, de 65 para 70 anos.

A vida laboral das mulheres está muito ligada ao domicílio, e elas não conseguem ter acesso à aposentadoria, a não ser via pensão.